

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 534.254 - MS (2019/0279870-0)

RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO
IMPETRANTE : MURILO FAUSTINO FERREIRA E OUTRO
ADVOGADO : MURILO FAUSTINO FERREIRA - SP381093
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PACIENTE : MARCELO ANGELO CUSTODIO (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de MARCELO ANGELO CUSTODIO em face de acórdão do Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul que denegou o *writ* de origem, por acórdão assim ementado (fl. 29):

EMENTA - HABEAS CORPUS - TRÁFICO DE DROGAS - PRISÃO PREVENTIVA - MÉRITO - ALEGAÇÃO DE QUE O PACIENTE É USUÁRIO DE ENTORPECENTES COM BONS ANTECEDENTES CRIMINAIS, RESIDÊNCIA FIXA E OCUPAÇÃO LÍCITA ASPECTOS QUE NÃO ASSEGURAM O DIREITO À LIBERDADE PROVISÓRIA - GRAVIDADE CONCRETA DO DELITO DEMONSTRADA A PARTIR DAS CIRCUNSTÂNCIAS FÁTICAS - MEDIDA JUSTIFICADA POR IMPERATIVO DE ORDEM PÚBLICA - ORDEM DENEGADA.

Condições subjetivas favoráveis ao paciente, a exemplo da primariedade e da existência de residência fixa, não impedem o decreto de prisão cautelar, caso se verifique a existência de outros requisitos de ordem objetiva ou subjetiva que autorizem a segregação.

Constatada a existência de elementos de informação que denotam a necessidade de garantia da ordem pública e a segura instrução criminal, justifica-se a prisão preventiva.

Ordem denegada.

Consta dos autos que o ora paciente foi preso preventivamente pela prática do delito tipificado no art. 33 da Lei n. 11.343/2006.

No presente *habeas corpus* sustenta, em suma, ausência dos requisitos autorizadores para a segregação cautelar.

Requer, liminarmente e no mérito, a revogação da preventiva, e subsidiariamente, a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão.

Na origem, a Ação Penal n. 0001436-48.2019.8.12.0024, oriunda da 2ª Vara - Aparecida do Taboado, encontra-se em fase de instrução consoante informações disponibilizadas no *site* do Tribunal *a quo* consultadas em

Superior Tribunal de Justiça

2/10/2019.

A liminar foi deferida (fls. 40/42).

Não há pedido de informações.

O Ministério Público Federal ofertou parecer manifestando-se pela concessão da ordem de *habeas corpus* (fls. 54/59).

Na origem, o Processo n. 0001436-48.2019.8.12.0024 encontra-se na fase inicial, não constando ainda o oferecimento de denúncia, conforme informações eletrônicas disponíveis em 3/10/2019.

É o relatório.

DECIDO.

Não obstante a excepcionalidade que é a privação cautelar da liberdade antes do trânsito em julgado da sentença condenatória, reveste-se de legalidade a medida extrema quando baseada em elementos concretos, nos termos do art. 312 do CPP.

A decisão que decretou a prisão preventiva do ora paciente restou assim fundamentada (fls. 20/22):

No caso dos autos, o crime de tráfico de drogas comina pena máxima superior à 04 (quatro) anos de reclusão.

Da mesma forma, exsurtem dos autos prova da materialidade do crime (do auto de constatação provisória de substância entorpecente e depoimentos de usuário e policiais civis) e indícios suficientes de autoria, porquanto o indiciado foi apontado como fornecedor da substância entorpecente localizada com um suposto usuário, além de terem sido apreendidas em sua casa e dentro de suas roupas íntimas mais porções de droga. Ressalte-se que foi apreendido o valor R\$ 793,00 que estava em sua residência.

Por outro lado, a conduta imputada ao indiciado, é concretamente grave e vulnera a ordem pública, sendo que o crime em apuração, por sua vez, é o grande responsável pelo desencadeamento de inúmeros outros delitos que são praticados para o sustento da droga, trazendo inquietação e insegurança à sociedade. Portanto, resta demonstrada a necessidade de segregação para a garantia da ordem pública.

Por outro lado, a prisão preventiva mostra-se necessária para assegurar a instrução criminal, para assegurar que o autuado não volte a delinquir.

Consequentemente, mostram-se inadequadas as medidas cautelares diversas da prisão processual.

Assim, presentes o requisitos legais, **CONVERTO A PRISÃO EM FLAGRANTE de Marcelo Ângelo Custodio EM PRISÃO PREVENTIVA**, para garantia da ordem pública e para assegurar a instrução criminal.

Como se vê, não consta no decreto de prisão preventiva fundamentação válida, pois apenas destacou-se as circunstâncias já elementares do delito, valendo-se de motivos abstratos e com genérica

Superior Tribunal de Justiça

regulação da prisão preventiva, além de presunções, afirmando-se apenas que *o crime em apuração, por sua vez, é o grande responsável pelo desencadeamento de inúmeros outros delitos que são praticados para o sustento da droga, trazendo inquietação e insegurança à sociedade. Portanto, resta demonstrada a necessidade de segregação para a garantia da ordem pública.*

Assim, não havendo no tema, com a clara motivação genérica, divergência nesta Sexta Turma do Tribunal, deve ser reconhecida a ilegalidade arguida.



Superior Tribunal de Justiça

Ante o exposto, concedo o *habeas corpus*, confirmando a liminar anteriormente deferida, para a soltura do paciente MARCELO ANGELO CUSTODIO, o que não impede nova e fundamentada decisão de medida cautelar penal diversa de prisão.

Comunique-se.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 08 de outubro de 2019.

MINISTRO NEFI CORDEIRO
Relator

